

INSTITUTO  
SUPERIOR  
DE CONTABILIDADE  
E ADMINISTRAÇÃO  
DO PORTO  
POLITÉCNICO  
DO PORTO

M

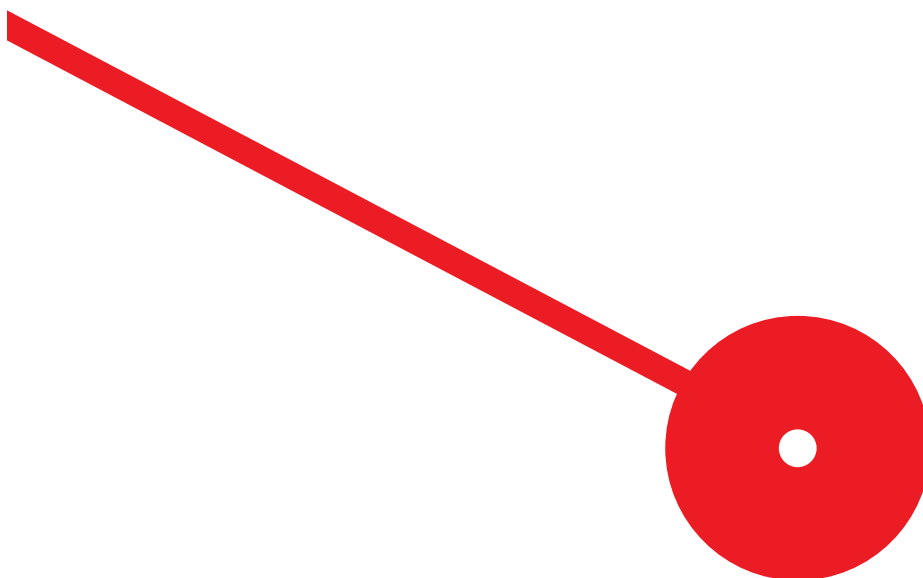
MESTRADO  
AUDITORIA

**Relatório de Estágio:**  
**Processo de auditoria em PME**  
Ana Sofia Rebelo Farpa

10/2024

Ana Sofia Rebelo Farpa. Processo de auditoria em PME

10/2024



INSTITUTO  
SUPERIOR  
DE CONTABILIDADE  
E ADMINISTRAÇÃO  
DO PORTO  
POLITÉCNICO  
DO PORTO

**M** MESTRADO  
AUDITORIA

# **Relatório de Estágio: Processo de auditoria em PME**

Ana Sofia Rebelo Farpa

**Relatório de Estágio  
apresentado ao Instituto Superior de  
Contabilidade e Administração do Porto para a  
obtenção do grau de Mestre em Auditoria, sob  
orientação da Professora Doutora Alcina Augusta  
de Sena Portugal Dias.**

Ana Sofia Rebelo Farpa. Processo de auditoria em PME  
10/2024



## **Agradecimentos**

A elaboração deste Relatório de Estágio culmina na conclusão do meu percurso académico para a obtenção do grau de mestre em Auditoria. Tal não teria sido possível sem a ajuda e colaboração de várias pessoas que contribuíram para a realização deste objetivo.

Um agradecimento sincero à minha orientadora Professora Doutora Alcina Augusta de Sena Portugal Dias, que prontamente aceitou o convite para me acompanhar ao longo deste percurso. A sua disponibilidade e dedicação foram fundamentais para a concretização deste trabalho.

A todo o corpo docente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, pela transmissão de conhecimento e preparação para o mercado de trabalho, capacitando-me de ferramentas valiosas para o futuro.

Agradeço também ao meu orientador na SROC pela confiança depositada em mim, pela paciência e disponibilidade em partilhar o seu conhecimento que me permitiu adquirir e consolidar competências importantes para o meu desenvolvimento tanto profissional como pessoal.

Quero também expressar um agradecimento especial à minha família e amigos, que sempre estiveram a o meu lado. O seu apoio constante foi essencial para mim durante todo o estágio e ao longo da minha trajetória pessoal, académica e profissional.

Um agradecimento final a todos que, de alguma forma, contribuíram para esta etapa tão significativa da minha vida.

## **Resumo:**

O processo de auditoria é uma prática essencial no domínio contabilístico, destinada a verificar a integridade e a precisão das demonstrações financeiras de uma entidade. Este processo abrange várias etapas, desde o planeamento até à emissão do relatório final.

O presente relatório tem como finalidade destacar as atividades realizadas durante o estágio numa Sociedade de Revisores Oficiais de Contas com destaque para o processo de auditoria em pequenas e médias empresas.

Ao longo do relatório é realizado um enquadramento teórico e prático em contexto de trabalho efetivo de auditoria, em contacto direto com clientes, de diversas áreas de negócio.

A execução do trabalho foi efetuada recorrendo a uma metodologia mista, que combina abordagens qualitativas e quantitativas. Esta análise detalhada permitiu uma compreensão mais clara do impacto prático da auditoria nas PME, destacando a relevância da experiência prática na consolidação dos princípios e técnicas apresentadas.

O trabalho apresenta uma conclusão relativamente à aplicação das Normas Internacionais de Auditoria no fortalecimento do controlo interno das empresas, onde a intervenção do Revisor Oficial de Contas aumenta a credibilidade da situação económica da empresa.

**Palavras chave:** Auditoria Financeira, Asserções, Demonstrações Financeiras, ROC

**Abstract:**

The audit process is an essential practice in the accounting field, aimed at verifying the integrity and accuracy of an entity's financial statements. This process involves several stages, from planning to the issue of the final report.

The purpose of this report is to highlight the activities carried out during the internship at an Statutory Audit firm, with a focus on the audit process in small and medium-sized enterprises.

Throughout the report, a theoretical and practical framework is provided, grounded in effective audit work experience with direct client interaction across various business sectors.

The execution of the work was carried out using mixed-methods approach, combining both qualitative and quantitative approaches. This detailed analysis allowed for a clearer understanding of the practical impact of auditing on SMEs, emphasizing the importance of practical experience in consolidating the principles and techniques presented.

The report concludes on the application of International Standards on Auditing in strengthening companies' internal control, where the intervention of the chartered accountant enhances the credibility of the company's financial position.

**Key words:** Financial Auditing, Assertions, Financial Statements, Chartered accountant

## Índice geral

<b>Capítulo I - Introdução .....</b>	<b>2</b>
<b>Capítulo II – Enquadramento Teórico .....</b>	<b>4</b>
1 Auditoria Financeira .....	5
1.1 Evolução Histórica .....	5
2 Contexto de Auditoria em Portugal .....	7
<b>Capítulo III – O processo de Auditoria .....</b>	<b>8</b>
3 Estrutura Organizacional .....	9
4 Objetivos de um Auditor .....	11
4.1 Código de Ética .....	11
4.2 Independência.....	13
4.3 Ceticismo profissional .....	14
5 Os principais reguladores e legisladores dos auditores em Portugal.....	14
6 Fases de uma Auditoria .....	15
6.1 Fase de Aceitação ou Continuação do Cliente .....	15
6.2 Planeamento da Auditoria .....	16
6.2.1 Compreender o negócio e a natureza da entidade .....	16
6.2.2 Identificar os principais riscos significativos .....	17
6.2.2.1 Risco de Auditoria.....	19
6.2.2.2 Materialidade .....	20
7 Prova de Auditoria e Realização de Testes .....	20
7.1 Documentação e Prova de Auditoria .....	20
7.1.1 Procedimentos Analíticos.....	21
7.1.1.1 Asserções .....	23
8 Conclusão e Avaliação da Auditoria .....	23
9 Certificação Legal de Contas ou Relatório de Auditoria.....	23
9.1 Tipos de Relatórios e de Opiniões.....	24

10	Questões de investigação.....	24
<b>Capítulo IV – Metodologia de Investigação .....</b>		<b>25</b>
11	Metodologia de Investigação Quantitativa.....	26
12	Metodologia de Investigação Qualitativa.....	26
13	Metodologia Utilizada.....	27
<b>Capítulo V – Caso Prático.....</b>		<b>30</b>
14	Entidade Acolhedora .....	31
14.1	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.....	31
14.2	Caracterização do Estágio .....	31
14.3	Detalhe das atividades desenvolvidas.....	31
14.3.1	Caixa e Bancos .....	31
14.3.2	Ativos Fixos Tangíveis – Imobilizado.....	33
14.3.3	Contas a receber.....	35
14.3.4	Confirmações Externas.....	36
14.3.5	Contas a pagar .....	37
14.3.6	Acréscimos e Diferimentos .....	38
14.3.7	Auditar Estimativas .....	39
14.3.8	Inventários .....	42
14.3.9	Provisões.....	44
14.3.10	Contas de demonstração dos resultados .....	46
14.3.10.1	Receitas/vendas .....	46
14.3.10.2	Payroll.....	47
14.3.10.3	Despesas de comercialização e distribuição.....	47
14.3.10.4	Despesas administrativas e outras .....	47
14.3.10.5	Despesas de financiamento.....	48
14.3.10.6	Impostos indiretos .....	48
<b>Capítulo VI - Conclusão.....</b>		<b>49</b>

15	Limitações .....	51
	<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>52</b>

## Índice de Figuras

Figura 1 Estrutura organizacional.....	10
Figura 2 Matriz de avaliação Riscos Significativos .....	18
Figura 3 Risco de Auditoria.....	19
Figura 4 Procedimentos analíticos substantivos.....	22
Figura 5 Asserções .....	23
Figura 6 Procedimentos de confirmação externa .....	37
Figura 7 Procedimentos de Análise .....	41
Figura 8 Passivos Contingentes.....	45

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 Princípios Fundamentais.....	11
Tabela 2 Tipos de Relatórios e de Opiniões .....	24
Tabela 3 Questões de Investigação.....	24
Tabela 4 Entendimento de uma estimativa contabilística .....	40
Tabela 5 Níveis de incerteza.....	40

## Lista de abreviaturas

AFT	Ativos Fixos Tangíveis
CAAT	<i>Computer-aided audit tools</i>
CLC	Certidão Legal de Contas
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
DF	Demonstrações Financeiras
EIP	Entidades de Interesse Público
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
GAT	Guias de Aplicação Técnica
IAASB	International Auditing and Assurance Standards Board
IFAC	<i>International Federation of Accountants</i>
ISA	<i>International Standards on Auditing</i>
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MG	Materialidade Global
NCRF	Norma Contabilística e de Relato Financeiro
OROC	Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
PCAOB	<i>Public Company Accounting Oversight Board</i>
PIE	<i>Public Interest Entity</i>
PME	Pequenas e Médias Empresas
RDM	Risco de Distorção Material
ROC	Revisor Oficial de Contas
SOX	<i>Sarbanes–Oxley</i>
SROC	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

## **CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO**

---

Com o progresso e o desenvolvimento dos negócios a necessidade de informação financeira verdadeira e fiável tornou-se uma consequência inevitável. A obtenção de dados precisos e fiáveis tem como objetivo possibilitar a conceção de conclusões fundamentadas para os principais utilizadores das demonstrações financeiras. Entre estes, destacam-se os *stakeholders*<sup>1</sup> que procuram a fiabilidade da informação financeira.

O aparecimento de várias fraudes ao longo do presente século teve um impacto significativo na confiança dos mercados, dos agentes económicos e, sobretudo, da sociedade em relação à auditoria.

Estes episódios de fraudes recorrentes despertaram uma atenção renovada para a importância da auditoria, conduzindo a uma mudança de perspetiva por parte da sociedade. Há agora uma tendência para uma abordagem mais rigorosa e atenta à realidade da fraude.

A sociedade passou a adotar um perfil mais exigente, reconhecendo a necessidade de maior escrutínio e transparência nas práticas de auditoria. Uma vez que, a confiança nos mercados financeiros foi abalada, impulsionando a procura por padrões mais elevados de integridade e responsabilidade por parte dos auditores.

Pelas razões supracitadas, é fundamental no presente relatório abordar os impactos de tais reações, assim como a criação de normativos mais exigentes para com a profissão de Revisor Oficial de Contas e os impactos nas empresas, em particular nas Pequenas e Médias Empresas.

O presente relatório de estágio incide sobre a prática de auditoria em Pequenas e Médias Empresas (PMEs) em Portugal, visando explorar as especificidades e os desafios que este setor enfrenta no contexto atual. As PME's representam uma parte significativa do tecido empresarial português, contribuindo de forma expressiva para a economia do país.

No entanto, a sua estrutura e recursos limitados podem dificultar a implementação de processos rigorosos de auditoria e de controlo interno. Durante o estágio, realizado numa Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), foi possível acompanhar de perto os procedimentos de auditoria aplicados a diversas PME's, observando as melhores práticas e as dificuldades que surgem. Este relatório tem como objetivo refletir sobre essas

---

<sup>1</sup> Os *stakeholders* podem ser acionistas, funcionários, clientes, fornecedores e investidores.

experiências, analisar as metodologias adotadas e sugerir melhorias que possam contribuir para o fortalecimento da auditoria em PMEs no contexto português.

O Capítulo II cobre o enquadramento teórico, com uma análise da evolução histórica da auditoria financeira.

No Capítulo III, introduzem-se os conceitos básicos de auditoria, a estrutura organizacional das empresas de auditoria, os objetivos do auditor e os princípios éticos que orientam a profissão, incluindo a independência e o ceticismo profissional. Este capítulo ainda descreve as fases do processo de auditoria, desde a aceitação do cliente, o planeamento e a realização de testes, até à conclusão e emissão do relatório. São abordados conceitos fundamentais como o risco de auditoria e a materialidade, além da importância da documentação e das provas de auditoria. Por fim, são apresentadas as questões de investigação que guiaram o trabalho.

No Capítulo IV, são explicadas as metodologias de investigação, com foco nas abordagens quantitativa e qualitativa, detalhando a metodologia específica utilizada neste trabalho.

O Capítulo V apresenta um caso prático baseado no estágio realizado, com uma análise detalhada das atividades desenvolvidas na entidade acolhedora. Neste contexto, são explorados os procedimentos de auditoria em diversas rubricas, como caixa e bancos, AFT, contas a receber, inventários, entre outros.

Finalmente, o Capítulo VI apresenta a conclusão do estudo, sintetizando os resultados e reflexões obtidas ao longo do estágio.

## **CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

---

# 1 Auditoria Financeira

O conceito de auditoria tem evoluído ao longo dos anos, adaptando-se às alterações socioeconômicas. Atualmente, existem diversas definições de auditoria na literatura, refletindo essa evolução e as várias perspectivas sobre o papel e a importância da auditoria nas organizações.

Almeida (2022) define a auditoria financeira como “um processo sistemático, efetuado por um terceiro independente, de obtenção e avaliação de prova em relação às asserções sobre ações e eventos econômicos, para verificar o grau de correspondência entre as asserções e os critérios estabelecidos, comunicando os resultados aos utilizadores da informação financeira.”

Segundo o *Framework for Audit Quality*, uma auditoria tem como objetivo principal reforçar a confiança dos utilizadores nas demonstrações financeiras de uma organização. Para que esse nível de confiança seja alcançado, é essencial que o auditor obtenha evidências suficientes e adequadas, as quais permitem emitir uma opinião confiável. Essa opinião deve estar em conformidade com as normas de relato financeiro aplicáveis, assegurando que os relatórios refletem com precisão a situação financeira e o desempenho da entidade (IAASB, 2014).

Assim, pode-se definir a auditoria financeira como o processo de avaliação e revisão das demonstrações financeiras de uma organização. O principal objetivo deste processo é permitir que o auditor emita uma opinião sobre se essas demonstrações refletem com precisão, em todos os aspectos relevantes, a situação financeira da entidade, conforme os princípios e normas aplicáveis de relato financeiro.

Para atender às necessidades dos *stakeholders* e devido às limitações da auditoria “tradicional”, o conceito e os objetivos da auditoria financeira têm passado por mudanças significativas, acompanhando a evolução contínua dos mercados, da tecnologia e, conseqüentemente, das organizações. Inicialmente a auditoria financeira não era considerada uma atividade com um papel social e público, como é entendida atualmente (Heliodoro, 2014).

## 1.1 Evolução Histórica

Segundo Suárez (1990), os princípios da auditoria “são quase tão antigos como a própria história da humanidade”.

Embora seja difícil determinar com precisão a origem dos procedimentos de auditoria ao longo da história, destaca-se a segunda metade do século XVII com a Revolução Industrial, juntamente com o crescimento resultante das atividades empresariais, que impulsionou a adoção dos métodos de auditoria que conhecemos hoje em dia (AICPA, 2012). As empresas começaram a perceber a importância da transparência nas demonstrações financeiras reconhecendo a necessidade de estabelecer mecanismos para detecção de fraudes.

No cenário das últimas décadas do século XX, a auditoria passou por grandes transformações, impulsionadas por dois fatores-chave: a expansão internacional e os desenvolvimentos tecnológicos.

A expansão internacional, motivada pelo crescimento da globalização, representou um marco importante para a auditoria. Nesse período, testemunhámos a emergência de padrões contábilísticos internacionais, visando harmonizar as práticas contábilísticas.

No início do século XXI, o panorama da auditoria foi profundamente impactado por escândalos empresariais de grande magnitude, destacando-se o caso Enron. Dada a sua relevância, estes acontecimentos desvendaram falhas consideráveis no sistema de governação empresarial e práticas contábilísticas, levando a uma revisão alargada das regulamentações que regulavam a auditoria. Em resposta a essas preocupações, os legisladores nos Estados Unidos promulgaram a Lei Sarbanes-Oxley (SOX) em 2002, marcando assim uma era de regulamentação mais rigorosa e um esforço para restaurar a confiança dos investidores nos mercados financeiros.

A Lei Sarbanes-Oxley representou uma mudança paradigmática nas práticas de auditoria, introduzindo medidas destinadas a fortalecer a responsabilidade e a transparência. Uma das principais disposições da SOX foi a criação da *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), uma entidade independente encarregada de supervisionar as empresas de auditoria públicas. A PCAOB estabeleceu padrões rigorosos para a realização de auditorias, visando assegurar a qualidade e integridade dos procedimentos de verificação.

A Lei SOX também impôs requisitos mais rígidos em termos de divulgação e comunicação, exigindo que as empresas relatassem de maneira mais transparente e completa.

Além disso, a Lei Sarbanes-Oxley introduziu medidas para fortalecer os controles internos das empresas, com o objetivo de prevenir fraudes e assegurar a conformidade. Essa abordagem proativa tinha como objetivo antecipar possíveis irregularidades antes que se transformassem em escândalos.

Já no século XXI, a auditoria reinventa-se após uma revolução marcante com a rápida adoção de tecnologias emergentes. O avanço notável da inteligência artificial, a análise de dados em grande escala e a automação desencadearam uma transformação significativa nos métodos tradicionais de auditoria, moldando uma nova era de eficiência e precisão no processo de verificação financeira. A adoção de tecnologias emergentes não apenas modernizou os métodos de verificação financeira, mas também redefiniu a natureza da profissão.

## **2 Contexto de Auditoria em Portugal**

O contexto de auditoria em Portugal, especialmente no que toca às PME, é caracterizado por um conjunto de regulamentações e práticas que procuram fortalecer a transparência e a confiança no mercado. A auditoria em Portugal tem evoluído para responder às exigências de um mercado cada vez mais globalizado, onde as empresas necessitam garantir a credibilidade das demonstrações financeiras para captar investimentos e assegurar a confiança de *stakeholders*.

Além disso, as PMEs portuguesas enfrentam desafios específicos, como a limitação de recursos financeiros e humanos, o que pode dificultar a implementação de auditorias rigorosas. Ainda assim, a adoção de auditoria em PME, mesmo de forma voluntária, é vista como uma prática vantajosa para melhorar o controlo interno e reduzir riscos, contribuindo para a longevidade e crescimento dessas empresas no cenário nacional e internacional.

A legislação portuguesa, com base nas normas internacionais de auditoria e no Código das Sociedades Comerciais, regula os requisitos de auditoria e estabelece padrões que visam assegurar a independência e objetividade dos auditores. A atuação da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) em Portugal também tem sido fundamental no acompanhamento e na definição de práticas para assegurar a qualidade e a ética no exercício da auditoria em diferentes setores.

## **CAPÍTULO III – O PROCESSO DE AUDITORIA**

---

De acordo com a ISA 200:

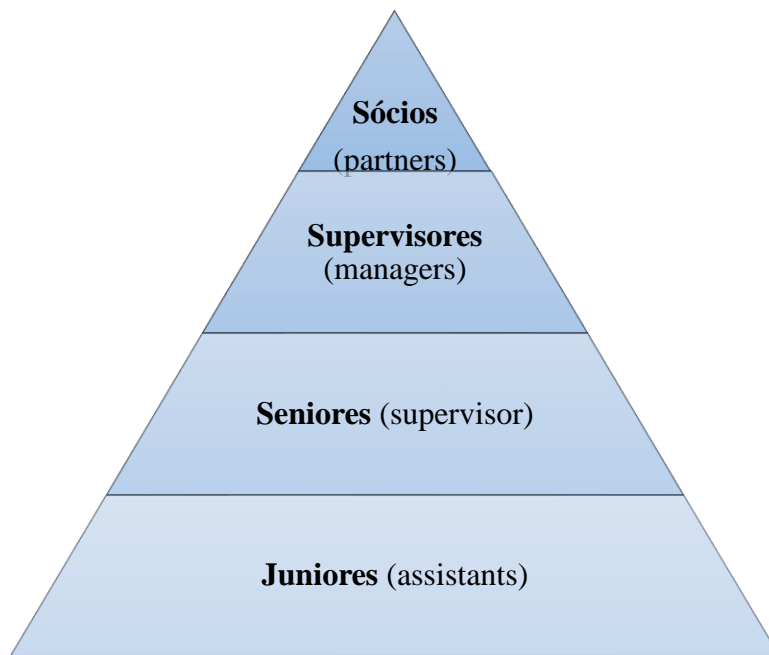
*“A finalidade de uma auditoria é aumentar o grau de confiança dos destinatários das demonstrações financeiras. Isto é conseguido pela expressão de uma opinião do auditor sobre se as demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com um referencial de relato financeiro aplicável.”*

### **3 Estrutura Organizacional**

Segundo Almeida (2022) as empresas de auditoria podem ser divididas em dois grupos principais: as Big Four e as Non-Big Four. O primeiro conjunto, resultante de fusões ocorridas a partir dos anos 80 do século passado, abrange as quatro maiores empresas de auditoria: PwC, Ernst & Young (EY), Deloitte & Touche (Deloitte) e KPMG. Estas grandes empresas, presentes globalmente através de filiais, partilham tecnologias, procedimentos e diretrizes da sede internacional, embora mantenham predominantemente sócios nacionais nas suas estruturas.

Conforme observado pelo mesmo autor, o grupo das Non-Big Four é composto por empresas mais diversas. Na sua maioria, encontram-se pequenas empresas nacionais de auditoria, embora exista um número reduzido de empresas internacionais, cuja presença global não é tão extensa quanto a das Big Four.

Relativamente à estrutura organizacional das sociedades de auditoria, é comum observar uma disposição piramidal. Em cada nível hierárquico, são atribuídas funções distintas e diferentes níveis de responsabilidade.



*Figura 1 Estrutura organizacional*  
Fonte: Elaboração Própria

A estrutura organizacional das sociedades de auditoria estabelece uma sólida base para o desenvolvimento profissional e a execução eficiente das atividades de auditoria. No nível de base, os auditores juniores, como assistentes de auditoria, constituem a fundação dessa pirâmide. A sua função abrange a realização de tarefas operacionais cruciais, desde a recolha de dados até à verificação de documentos, desempenhando um papel essencial no processo inicial de verificação.

À medida que ascendemos na pirâmide, estão os auditores seniores no nível intermediário. Munidos de maior experiência, desempenham um papel de supervisão, coordenando as atividades dos auditores juniores.

Os managers de auditoria ascendem a uma função mais estratégica, participando ativamente no planeamento de auditorias, estabelecendo objetivos e direcionando as equipas.

No ápice da pirâmide, encontramos os diretores e sócios da empresa de auditoria. Com uma visão ampla e estratégica do negócio, desempenhando um papel crucial na gestão global da empresa, na tomada de decisões estratégicas e no desenvolvimento de negócios.

Desta forma, a estrutura organizacional representa uma progressão natural de responsabilidades, assim como, um sistema integrado que coloca cada nível em posição de contribuir significativamente para a entrega de serviços de alta qualidade e garantir a integridade das informações financeiras nas organizações auditadas.

## 4 Objetivos de um Auditor

Como supracitado, os objetivos e responsabilidades varia de acordo com o nível hierárquico que o auditor se insere.

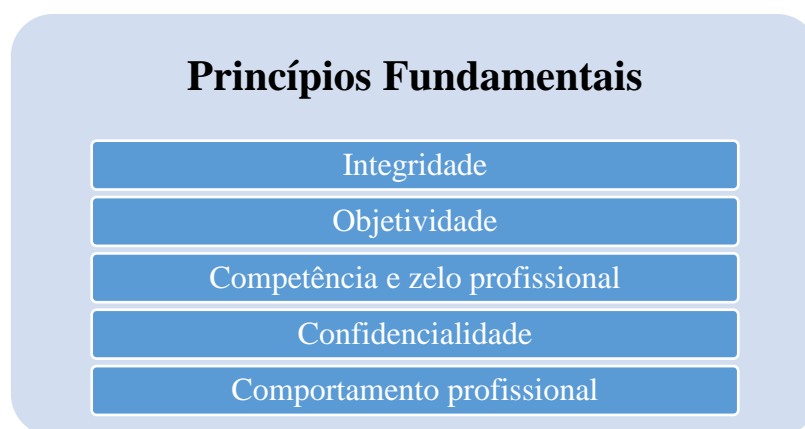
Os auditores devem, em todas as situações, orientar a sua conduta pessoal e profissional pelos princípios estabelecidos no Código de Ética da OROC, adotando um comportamento responsável que valorize tanto a profissão quanto a sua própria imagem.

Uma marca distintiva da atividade dos auditores, é a sua aceitação da responsabilidade para agir no interesse público competindo-lhe, por isso, ir muito para além da satisfação das necessidades de um cliente em particular.

### 4.1 Código de Ética

O código de ética da OROC define os princípios éticos fundamentais aplicáveis e apresenta uma estrutura conceptual para os implementar com o objetivo de:

- Identificar ameaças ao cumprimento dos princípios fundamentais;
- Avaliar a importância das ameaças identificadas;
- Aplicar as salvaguardas necessárias, para eliminar as ameaças ou reduzi-las a um nível aceitável.



*Tabela 1 Princípios Fundamentais*  
Fonte: Elaboração Própria

Segundo o Código de ética da OROC os auditores devem observar os seguintes princípios fundamentais:

- a) **Integridade:** ser correto e honesto em todas as relações profissionais e comerciais;
- b) **Objetividade:** não permitir ambiguidades, conflitos de interesse ou influências externas que comprometam o seu julgamento profissional;
- c) **Competência e zelo profissional:** manter-se atualizado em conhecimentos e competências, garantindo que o cliente receba serviços de qualidade, por meio do desenvolvimento contínuo das práticas, legislação e técnicas, além de agir com diligência e conforme as normas técnicas e profissionais aplicáveis;
- d) **Confidencialidade:** respeitar a confidencialidade das informações obtidas nas relações profissionais, não divulgando qualquer dado a terceiros sem autorização adequada, exceto quando houver um direito ou dever legal ou profissional de fazê-lo, e não usar essas informações para benefício pessoal ou de terceiros;
- e) **Comportamento profissional:** cumprir as leis e regulamentos relevantes, evitando qualquer ação que possa prejudicar a reputação da profissão.

Aplica-se a todos os profissionais que:

- Estejam inscritos na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas;
- Sejam colaboradores de ROC ou de SROC;
- Sejam sócios, não ROC, titulares de partes de capital em SROC.

### **Ameaças e Salvaguardas**

Segundo o Código de ética da OROC, “*o cumprimento dos princípios fundamentais pode ser ameaçado por um conjunto alargado de circunstâncias e relacionamentos. A natureza e significado das ameaças podem ser de origem diversa, dependendo do facto de se tratar de uma prestação de serviços a um cliente de auditoria e de o cliente de auditoria ser uma entidade de interesse público ou não, ou ainda da prestação de serviços a um cliente de garantia de fiabilidade que não seja um cliente de auditoria, ou a qualquer outro cliente.*”

As ameaças podem ser classificadas em uma ou mais das seguintes categorias:

- a) **Ameaça de interesse pessoal:** a possibilidade de que um interesse financeiro ou outro tipo de interesse influencie de maneira inadequada o julgamento ou comportamento do auditor;
- b) **Ameaça de auto-revisão:** existe quando um auditor, uma entidade da rede ou um sócio participa na elaboração dos registos contabilísticos ou das contas do cliente;
- c) **Ameaça de representação:** a possibilidade de que o auditor defenda excessivamente a posição de um cliente, comprometendo assim a sua objetividade;
- d) **Ameaça de familiaridade:** o risco de que, devido a um relacionamento próximo ou prolongado com um cliente ou uma pessoa em posição de responsabilidade no cliente, o auditor se torne excessivamente condescendente em relação aos interesses deste ou demasiado crítico em relação ao seu trabalho;
- e) **Ameaça de intimidação:** a possibilidade de que o auditor se sinta pressionado a agir de forma não objetiva devido a pressões explícitas ou implícitas, incluindo tentativas de exercer influência indevida sobre ele.

## 4.2 Independência

O auditor deve emitir a sua opinião em regime de completa independência funcional e hierárquica relativamente às empresas ou outras entidades a quem presta serviços, assim não devem participar na tomada de decisões da empresa.

Devem emitir uma opinião livre de julgamentos, não afetada por conflitos de interesses existentes ou potenciais, nem por relações comerciais ou outras relações diretas ou indiretas que os envolvam.

Os ROC e as SROC não podem realizar uma revisão legal ou voluntária de contas caso exista uma ameaça de:

- Autorevisão
- Interesse próprio
- Representação
- Familiaridade ou
- Intimidação criada por relações financeiras, pessoais, comerciais, de trabalho ou outras.

### **4.3 Ceticismo profissional**

De acordo com a ISA 200, “*o auditor deve manter ceticismo profissional ao longo de toda a auditoria, reconhecendo a possibilidade de que possa existir uma distorção material devido a fraude, não obstante a sua experiência passada quanto à honestidade e integridade gerência e dos encarregados da governação da entidade.*”

Já segundo a ISA 240, “*Manter ceticismo profissional exige uma permanente interrogação sobre se a informação e a prova de auditoria obtida sugere que possa existir uma distorção material devido a fraude. Inclui considerar a fiabilidade da informação a usar como prova de auditoria e os controlos sobre a sua preparação e manutenção, quando relevantes. Devido às características da fraude, o ceticismo profissional do auditor é particularmente importante quando considera os riscos de distorção material devido a fraude.*”

Desta forma, o auditor deve estar alerta para condições que possam ser indicadores de possíveis erros materiais devido a fraude. E concluir apenas após terem sido recolhidas todas as provas suficientes e apropriadas. O auditor não pode assumir que a gestão é desonesta nem assumir que a mesma tem uma honestidade inquestionável. Não podendo aceitar provas menos persuasivas apenas baseado na crença de que a gestão é honesta.

Manter o ceticismo profissional ao longo de todo o processo de auditoria é de extrema importância de forma a reduzir os riscos de: ignorar circunstâncias não usuais; generalizar em demasia aquando das conclusões retiradas dos procedimentos de auditoria e usar pressupostos inapropriados na determinação da natureza, tempestividade e extensão dos procedimentos de auditoria e na avaliação dos resultados /conclusões obtidas.

## **5 Os principais reguladores e legisladores dos auditores em Portugal**

A regulação e legislação são fundamentais para garantir a proteção dos *stakeholders*, assegurando que as informações financeiras sejam precisas e confiáveis. Sendo estas reguladas por diversas entidades aumenta a credibilidade do mercado, fundamental para a atração de investimento e o funcionamento eficiente do sistema financeiro.

Outro aspeto importante é a harmonização das práticas de auditoria, que facilita a comparação e análise das informações financeiras entre diferentes empresas, diferentes

setores. Por outro lado, ao alinhar-se com as normas internacionais, a legislação permite uma melhor integração com o mercado global, aumentando a confiança nas empresas.

Em Portugal os reguladores e legisladores são os seguintes:

### **CMVM**

- ✓ Atuação dos Revisores Oficiais de Contas (ROC) e das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas (SROC) das empresas das EIP
- ✓ Cumprimento dos requisitos de intervenção previstos no CSC para as EIP

### **Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC)**

- ✓ Atuação dos ROC e das SROC das empresas EIP e não EIP
- ✓ Cumprimentos das normas de auditoria (ISA)
- ✓ Emissão de Guias de Aplicação Técnica (GAT) e do Guia de Aplicação das ISA

Para além destas entidades também no Diário da República existe uma lei em particular que deve ser retratada nos relatórios de auditoria: **Lei 83/2017 - Combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo**

## **6 Fases de uma Auditoria**

Segundo Costa (2018) a auditoria financeira é um processo que pode ser dividido em cinco fases. Na primeira fase, o auditor deve avaliar a aceitação do cliente ou, se não for o primeiro ano de auditoria, considerar se deve continuar a prestar serviços a essa entidade. Em seguida, numa segunda fase, o auditor procede ao planeamento da auditoria, organizando as etapas necessárias para o trabalho a ser realizado. Na terceira fase, o auditor recolhe as evidências que considera essenciais e realiza os testes de auditoria correspondentes. Após isso, na quarta fase, o auditor avalia os resultados do trabalho já realizado, analisando as informações obtidas. Por fim, na quinta fase, o auditor culmina o processo emitindo o relatório final, que sintetiza as conclusões da auditoria.

### **6.1 Fase de Aceitação ou Continuação do Cliente**

De acordo com Costa (2018), uma empresa de auditoria deve considerar vários fatores para avaliar a integridade de um cliente. Isto inclui a análise da reputação e da posição dos principais sócios, gestores e responsáveis pela governação, bem como a natureza das

operações e das práticas comerciais da empresa. Deve-se também ter em conta a postura do cliente em relação à interpretação agressiva das normas contabilísticas e ao ambiente de controlo interno, além de qualquer esforço excessivo para reduzir os honorários da auditoria. É igualmente importante identificar eventuais restrições inapropriadas ao trabalho da auditoria e sinais de possível envolvimento do cliente em atividades ilícitas, como branqueamento de capitais. Adicionalmente, é essencial compreender as razões que levaram o cliente a optar por uma nova firma de auditoria, em vez de manter a anterior, e avaliar a integridade e a reputação das partes relacionadas.

## **6.2 Planeamento da Auditoria**

Segundo Almeida (2022) “o revisor/auditor deve planejar o trabalho de campo e estabelecer a natureza, extensão e oportunidade dos procedimentos a adotar, com vista a atingir o nível de segurança que deve proporcionar e tendo em conta a sua determinação do risco da auditoria e a sua definição dos limites de materialidade.”

### **6.2.1 Compreender o negócio e a natureza da entidade**

Para compreender o negócio de um cliente, é essencial analisar vários elementos. Em primeiro lugar, deve-se entender a natureza da entidade, ou seja, o seu sector de atividade, tipo de operações e modelo de negócio. Além disso, é importante identificar as principais forças de mercado e outros fatores ambientais relevantes que podem impactar o seu desempenho, como a concorrência, o enquadramento legal e as condições económicas.

Outro aspeto fundamental é analisar de que forma as expectativas dos principais *stakeholders* influenciam as ações da gestão, uma vez que estas expectativas podem moldar as prioridades e decisões estratégicas da empresa. A par disso, compreender os objetivos, estratégias e fatores críticos de sucesso do cliente permite uma visão mais aprofundada sobre as metas de longo prazo da organização e os aspetos essenciais para o seu crescimento e sustentabilidade.

É igualmente relevante conhecer os métodos que a administração utiliza para medir e analisar o desempenho financeiro, pois estes refletem a forma como a gestão monitoriza e ajusta a sua atuação face aos resultados obtidos. Por fim, uma análise global de informações financeiras e não financeiras é indispensável para construir uma visão abrangente da situação do negócio, permitindo uma melhor compreensão dos fatores internos e externos que influenciam a entidade.

## **6.2.2 Identificar os principais riscos significativos**

A identificação dos riscos significativos é um processo que, no julgamento do auditor, requer uma atenção especial. Estes riscos estão muitas vezes associados a transações significativas e não rotineiras ou a matérias que envolvem julgamentos e estimativas. No caso das transações não rotineiras, tratam-se de operações que, pela sua dimensão ou natureza incomum, não fazem parte do fluxo regular de atividades da entidade. Estas transações exigem uma intervenção mais intensa da gestão e são frequentemente executadas de forma manual, podendo incluir cálculos complexos, o que aumenta o risco de erros ou de deturpação.

Relativamente às matérias de julgamento, estas envolvem estimativas contabilísticas para as quais existe uma incerteza significativa de mensuração. Por exemplo, estimativas de valores ou o reconhecimento de rédito podem estar sujeitos a diferentes interpretações e incluem um nível considerável de subjetividade (conforme ISA 315 revista). Tais julgamentos aumentam o risco de incorreções nas demonstrações financeiras, especialmente quando os critérios de mensuração são incertos ou difíceis de definir com precisão.

A avaliação dos riscos significativos, por sua vez, implica analisar as potenciais distorções materiais nas DFs (ISA 315 revista). Estes riscos estão muitas vezes relacionados com aspetos fundamentais das DFs e podem afetar várias asserções contidas nas mesmas, como a continuidade das operações, a adequação do ambiente de controlo ou a possibilidade de fraude. A continuidade, por exemplo, é uma asserção abrangente que se interliga com todas as outras, e um ambiente de controlo deficiente pode facilitar a ocorrência de fraudes. Assim, identificar e avaliar estes riscos permite ao auditor desenvolver uma compreensão detalhada das áreas que requerem uma análise mais rigorosa, promovendo a integridade e a fiabilidade das informações financeiras apresentadas.

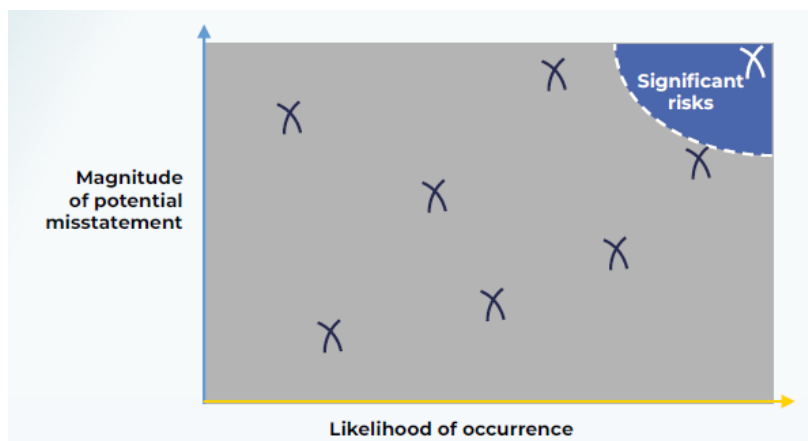


Figura 2 Matriz de avaliação Riscos Significativos  
 Fonte: Metodologias Entidade Acolhedora

A imagem representa uma matriz de avaliação de riscos significativos para identificar áreas que necessitam de atenção especial. No eixo vertical, é indicada a "Magnitude de possíveis distorções" e, no eixo horizontal, a "Probabilidade de ocorrência".

Os pontos "X" representam diferentes riscos associados a elementos das demonstrações financeiras. À medida que se movem para o canto superior direito, os riscos têm uma maior probabilidade de ocorrência e uma magnitude de impacto potencial mais elevada. Estes são os chamados "Riscos Significativos", indicados na área azul destacada, que representam as situações em que a combinação de alta probabilidade e impacto relevante exige uma atenção especial por parte dos auditores.

Assim, os auditores focam-se principalmente nos riscos posicionados nesta área azul, pois estes têm maior potencial de causar distorções materiais nas demonstrações financeiras.

### 6.2.2.1 Risco de Auditoria



*Figura 3 Risco de Auditoria  
Fonte: Elaboração Própria*

#### **Risco de Auditoria**

Segundo a ISA 200 o Risco de Auditoria é “o risco de o auditor expressar uma opinião de auditoria inapropriada quando as demonstrações financeiras estão materialmente distorcidas”.

#### **Risco de Deteção**

O risco de que os procedimentos realizados pelo auditor para minimizar o risco de auditoria a um nível aceitável não consigam identificar uma distorção que realmente existe e que pode ser significativa, seja isoladamente ou em conjunto com outras distorções (ISA 200).

#### **Risco Inerente**

O Risco Inerente, varia conforme as diferentes asserções e as classes de transações, saldos de contas e divulgações relacionadas. Este tipo de risco está diretamente associado à natureza do negócio e não depende dos sistemas de controlo interno da entidade auditada. Portanto, podemos concluir que é um risco que não sofre influência do auditor (ISA 200).

#### **Risco de Controlo**

Conforme a ISA 200, o Risco de Controlo refere-se à probabilidade de que uma irregularidade numa categoria de transações, saldo de conta ou divulgação, isoladamente ou em conjunto com outras distorções, possa ser significativa e não seja detetada, prevenida ou corrigida a tempo pelo sistema de controlo interno.

### **6.2.2.2 Materialidade**

De acordo com a ISA 320, o auditor tem a responsabilidade de aplicar o conceito de materialidade tanto no planejamento como na realização de uma auditoria. Esta norma refere que a definição de materialidade não é consensual, mas existem alguns aspetos comuns nas várias definições propostas. Estes aspetos incluem:

- Considerar distorções e omissões como materiais se se espera que, individualmente ou em conjunto, possam influenciar as decisões económicas dos utilizadores com base nas demonstrações financeiras;
- O julgamento sobre a materialidade deve ser feito à luz das circunstâncias envolventes e é afetado pela dimensão e natureza de uma distorção.

Ao traçar a estratégia global de auditoria, o auditor deve definir a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo (Materialidade Global). No entanto, se houver circunstâncias específicas na entidade que façam o auditor acreditar que as decisões dos utilizadores dos relatórios financeiros seriam diferentes caso existissem distorções abaixo da Materialidade Global (MG) em certas categorias de transações, saldos de contas ou divulgações, o auditor deve estabelecer níveis de materialidade específicos para essas categorias.

## **7 Prova de Auditoria e Realização de Testes**

### **7.1 Documentação e Prova de Auditoria**

De acordo com a ISA 500 a prova de auditoria, tem como objetivo orientar o auditor a conceber e executar procedimentos de auditoria que lhe permitam extrair conclusões razoáveis para fundamentar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras. Para tal, o auditor deve obter uma prova de auditoria que seja suficiente e apropriada, assegurando-se de que as informações utilizadas como base sejam adequadas e fidedignas.

Para garantir a adequação da prova, o auditor deve selecionar os itens a testar com o intuito de obter provas de qualidade, tendo em consideração a relevância e representatividade dos dados. Caso encontre inconsistências ou surjam dúvidas sobre a adequação da prova, o auditor deve investigar e resolver essas questões para manter a integridade da auditoria.

Existem procedimentos específicos para a obtenção de prova de auditoria, entre os quais os procedimentos de avaliação do risco, que ajudam a identificar potenciais áreas de risco que exigem atenção especial. Além disso, são realizados procedimentos de auditoria adicionais, que incluem testes aos controles internos e testes substantivos. Dentro dos testes substantivos, destacam-se os testes de detalhe, que examinam diretamente os saldos e transações, e os procedimentos analíticos substantivos, que utilizam análises para identificar relações e tendências que possam indicar erros ou irregularidades.

Procedimentos de obtenção de prova de auditoria:

- Indagação
- Observação
- Confirmações Externas
- Recálculo
- Re execução
- Procedimentos analíticos

A documentação serve como prova tangível de que o planeamento e a execução do trabalho foram realizados em conformidade com as ISAs e com as leis e regulamentos aplicáveis, permitindo que o auditor demonstre o cumprimento de normas e regulamentos exigidos. Adicionalmente, permite manter um registo das matérias de importância contínua, útil para auditorias futuras, preservando um histórico de informações relevantes que podem servir de referência.

Relativamente à forma, conteúdo e extensão, a documentação deve ser preparada de modo atempado e com clareza para facilitar a sua revisão. Deve conter informações sobre a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos realizados, os resultados desses procedimentos, bem como as matérias significativas abordadas, as conclusões atingidas e os julgamentos profissionais efetuados. Assim, a documentação não só regista o trabalho realizado como também facilita uma avaliação objetiva e oportuna da qualidade do processo de auditoria.

### **7.1.1 Procedimentos Analíticos**

Segundo a ISA 520, os procedimentos analíticos enquanto procedimentos substantivos, desempenham um papel crucial na obtenção de provas de auditoria. Esses procedimentos são particularmente relevantes quando realizados em datas próximas ao final da auditoria,

pois permitem ao auditor formar uma conclusão global sobre as demonstrações financeiras.

Os métodos de procedimentos analíticos variam em complexidade. Podem incluir desde simples comparações, que consistem em contrastar dados financeiros e não financeiros entre períodos, com valores esperados ou com médias de setor, até análises mais complexas, que envolvem o uso de modelos financeiros, correlações e análise de tendências.

Esses procedimentos auxiliam o auditor a identificar inconsistências ou variações significativas que possam indicar erros ou fraudes, funcionando como uma revisão final que reforça a validade e precisão das conclusões retiradas ao longo do processo de auditoria.

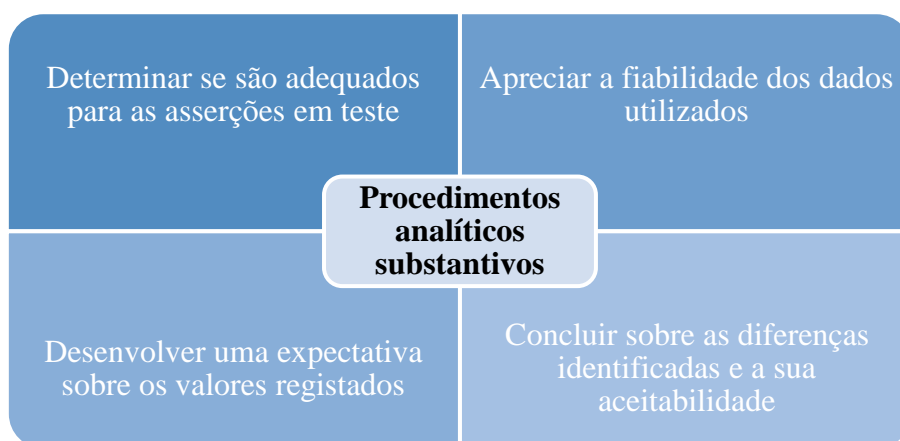


Figura 4 Procedimentos analíticos substantivos  
Fonte: Elaboração Própria

### 7.1.1.1 Asserções

Asserções relacionadas com a posição financeira (Balanço)	Asserções relacionadas com o desempenho financeiro (Demonstração dos resultados)
<b>Existência</b> Os ativos, passivos e interesses de capital próprio existem	<b>Ocorrência</b> As transações e acontecimentos registados ou divulgados ocorreram e dizem respeito à entidade
<b>Plenitude</b> Todos os ativos, passivos e interesses de capital próprio que deveriam ter sido registados foram registados, e todas as divulgações relacionadas que deveriam ter sido divulgadas foram relatadas	<b>Plenitude</b> Todas as transações e acontecimentos que deveriam ser registados foram registados, e todas as divulgações relacionadas que deveriam ter sido divulgadas foram relatadas
<b>Direitos e obrigações</b> A entidade detém ou controla os direitos aos ativos e os passivos são as obrigações da entidade	-
<b>Valorização</b> Os ativos, passivos e interesses de capital próprio estão registados pelas quantias apropriadas e quaisquer ajustamentos de valorização estão apropriadamente registados	<b>Mensuração</b> A transação ou evento foi registada pelo montante correto
<b>Apresentação e divulgação</b> Os ativos, passivos e interesses de capital estão apropriadamente agregados / desagregados, classificados e divulgados apropriadamente	<b>Apresentação e divulgação</b> As transações ou eventos estão apropriadamente agregados / desagregados, classificados e divulgados apropriadamente

Figura 5 Asserções

Fonte: Metodologias Entidade Acolhedora

## 8 Conclusão e Avaliação da Auditoria

A ISA 580 enfatiza a importância de obter declarações escritas do órgão de gestão e, quando aplicável, dos responsáveis pela governação. Ao finalizar o processo de auditoria, é fundamental obter uma declaração formal que reafirme a responsabilidade do órgão de gestão pela preparação das demonstrações financeiras. Esta declaração, chamada Declaração do Órgão de Gestão, deve ser redigida em papel timbrado e assinada pelos gestores responsáveis, assegurando que a data da mesma não ultrapassa a data da Certificação Legal de Contas ou do Relatório de Auditoria.

Após este procedimento, todas as provas necessárias estão reunidas, permitindo dar início à quinta e última fase do processo de auditoria: a emissão da Certificação Legal de Contas ou do Relatório de Auditoria.

## 9 Certificação Legal de Contas ou Relatório de Auditoria

De acordo com a norma 705R, quando o auditor conclui que as demonstrações financeiras foram preparadas, em todos os aspetos relevantes, de acordo com o referencial contabilístico aplicável, deve emitir uma opinião não modificada. Contudo, caso identifique que as demonstrações financeiras contêm distorções materiais, é preciso emitir uma opinião modificada, que se divide em três tipos: opinião com reserva, opinião adversa e abstenção de opinião.

## 9.1 Tipos de Relatórios e de Opiniões

Relatórios	Opiniões
Certificação legal das contas (revisão legal das contas) - CLC	Não modificada
Relatório de auditoria (revisão voluntária)	Modificada – desacordo ou limitação de âmbito
Relatório do ROC sobre o balanço intercalar	Opinião adversa Ênfases e Outras matérias Escusa de opinião

*Tabela 2 Tipos de Relatórios e de Opiniões*

## 10 Questões de investigação

A seguir, será feita uma síntese das questões de investigação que surgem a partir da análise da literatura.

Nº	Questões de Investigação	Asserção
I	Os principais objetivos da auditoria e o seu relacionamento com a aplicação das ISAs, verificam-se? [ISA 200, IFAC]	A1
II	A auditoria fortalece o controlo interno e redução de riscos? [OROC]	A1
III	A auditoria contribui para a credibilidade das demonstrações financeiras pelo facto de implicar uma melhor organização das tarefas? [Alves (2015)]	A2
IV	Qual é a importância da auditoria para o acesso a financiamentos e linhas de crédito? [Rodrigues (2022)]	A2

*Tabela 3 Questões de Investigação  
Fonte: Elaboração Própria*

## **CAPÍTULO IV – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO**

---

“A metodologia de investigação consiste num processo de seleção da estratégia de investigação, que condiciona, por si só, a escolha das técnicas de recolha de dados, que devem ser adequadas aos objetivos que se pretendem atingir” (Sousa e Baptista, 2011).

Segundo Teixeira (2006) enfatiza a relevância deste capítulo, considerando-o um dos mais importantes. Ele argumenta que é por meio da metodologia que se estuda, descreve e explica os métodos a serem aplicados ao longo do trabalho. Este processo visa sistematizar os procedimentos adotados durante as diversas etapas da pesquisa, com o intuito de garantir a validade e a fidelidade dos resultados.

## **11 Metodologia de Investigação Quantitativa**

Conforme referido por Fonseca (2009), a abordagem quantitativa na metodologia de investigação assenta na utilização de dados mensuráveis associados às variáveis em estudo, procurando verificar e explicar a existência, relação ou influência entre essas variáveis. A análise da frequência de ocorrência assume um papel fundamental nesta abordagem, permitindo avaliar a veracidade do que está a ser investigado. Este método visa, essencialmente, quantificar fenómenos e características observáveis, proporcionando uma base numérica para a compreensão mais aprofundada do contexto sob análise.

A atenção dada à análise da frequência de ocorrência é crucial na metodologia quantitativa. Ao examinar a frequência com que os eventos ou características específicas se manifestam, os investigadores conseguem avaliar a consistência e a veracidade dos padrões identificados. Esta prática não só fundamenta a interpretação dos resultados, como também contribui para a objetividade e fiabilidade da investigação.

No âmbito desta metodologia, a formulação de hipóteses e a classificação das relações entre variáveis são passos essenciais. Estas etapas não apenas orientam o processo de recolha e análise de dados, mas também asseguram a precisão e consistência na interpretação dos resultados obtidos. Ao adotar uma abordagem sistemática e ordenada, os investigadores conseguem estabelecer relações claras entre as variáveis, oferecendo percepções valiosas sobre os fenómenos estudados.

## **12 Metodologia de Investigação Qualitativa**

Segundo Fonseca (2009), os recursos mais frequentemente empregues nesta abordagem incluem entrevistas, observação, questionários abertos, interpretação de formas de

expressão visual e estudos de caso. Estes procedimentos são considerados interpretativos, destacando a natureza qualitativa e a ênfase na compreensão em profundidade dos fenómenos estudados.

De acordo com o autor, a técnica mais comum nesta metodologia é a utilização de questionários de *checklist*. Este tipo de questionário proporciona uma estrutura que permite aos participantes expressarem as suas opiniões e experiências de forma concisa, ao mesmo tempo que oferece ao investigador uma base de dados passível de análise.

A realização de entrevistas permite uma exploração aprofundada dos pensamentos e perspetivas dos participantes, proporcionando uma compreensão mais rica e contextualizada dos temas em análise. A observação direta, por sua vez, possibilita ao investigador testemunhar comportamentos e interações no contexto natural, contribuindo para uma perceção mais holística dos fenómenos.

Esta metodologia, segundo Fonseca (2009), adota uma variedade de recursos e técnicas, desde entrevistas a questionários de escolha múltipla, visando uma compreensão aprofundada e contextualizada dos fenómenos estudados. Este enfoque qualitativo permite uma análise rica e detalhada, fundamentando-se na interpretação das experiências e perspetivas dos participantes.

### **13 Metodologia Utilizada**

A metodologia utilizada para a realização deste relatório foi mista, uma vez que, foram utilizados tanto processos quantitativos como qualitativos.

As asserções foram construídas com base nas questões de investigação apresentadas no ponto 10 são as seguintes:

#### **A1: A aplicação das ISAs no desenvolvimento da auditoria reforça o controlo interno.**

A asserção A1 advém da Questão de Investigação I e II e têm por base os fundamentos da OROC.

De acordo com a OROC, a intervenção do ROC tem vindo a ser bastante útil, pois reforça a credibilidade das informações económicas, financeiras e sociais presentes nos relatórios financeiros, são um interlocutor qualificado para debater temas importantes para a gestão,

e contribui para melhorar o controle interno, além de garantir o cumprimento das leis e regulamentos.

“As empresas ou outras entidades e o mercado beneficiam da competência destes profissionais formados na experiência de trabalho com Revisores Oficiais de Contas.”  
(Revista OROC)

Devido à formação exigida tanto para ingressar na profissão como para a manter, à atuação em diferentes tipos de entidades, e à adaptação constante a novas leis, ao mercado e a outras circunstâncias, os auditores acumulam conhecimento, competências e uma vasta experiência. A intervenção em organizações de naturezas, setores de atividade e complexidades variadas amplia ainda mais a bagagem profissional destes especialistas.

O auditor deve avaliar se existe algum incumprimento por parte da administração ou se há necessidade de reportar a uma autoridade externa ou ao órgão de supervisão da entidade. Em certos casos, as obrigações legais requerem confidencialidade, uma vez que a responsabilidade legal do auditor depende da legislação específica de cada jurisdição, considerando não apenas as normas internacionais, mas também as leis próprias de cada país, conforme indicado nas normas ISA 200, 240, 250 e 450 (IAASB, 2015).

## **A2: A auditoria serve o interesse dos *stakeholders*, maioritariamente da banca.**

A asserção A2 resulta das Questões de Investigação III e IV.

A gestão eficaz da informação financeira é essencial para as organizações, sejam elas públicas ou privadas. Esta questão vai além da criação e divulgação de dados internos, abrangendo também a partilha de informações relevantes sobre o desempenho e a situação financeira da entidade. Este compromisso não é apenas uma formalidade; tem um alcance abrangente que envolve diversos interessados, como organismos governamentais, bancos, colaboradores, fornecedores e clientes, todos com interesses distintos. (Alves, 2015)

De acordo com Rodrigues (2022) a maioria das PME são empresas familiares ou pertencentes a pequenos grupos, o que cria um ambiente muito específico. Esta particularidade influencia diretamente as suas preferências em relação às opções de financiamento. O financiamento externo desempenha um papel crucial para a sobrevivência deste tipo de empresas, que frequentemente optam por obter fundos através da contração de dívida junto de instituições financeiras, em vez de recorrerem ao capital próprio. Esta escolha deve-se ao desejo de manter o controlo e a propriedade sob a alçada

da família ou do grupo proprietário (Li et al., 2021; Liu et al., 2016; Liu et al., 2020) e também à limitação de capital próprio disponível. Ao procurar financiamento junto das instituições de crédito, cabe a estas e aos seus analistas avaliar o risco de crédito da empresa, para estimar a probabilidade de não devolução dos fundos emprestados, ou seja, o potencial de incumprimento das obrigações acordadas (Caiado & Caiado, 2008; Casu et al., 2022). Esta análise serve para decidir sobre a viabilidade da concessão de crédito e estabelecer as respetivas condições.

Segundo Sormunen (2014) a decisão torna-se mais apropriada quanto maior for a credibilidade e fiabilidade da informação que a fundamenta, o que explica a necessidade dos bancos de valorizar essas características. Uma das principais funções da auditoria é precisamente validar informações, concebendo confiança e apoiando decisões de investimento e financiamento. Por isso, os bancos destacam-se entre os principais destinatários do relatório de auditoria.



## **14 Entidade Acolhedora**

### **14.1 Sociedade de Revisores Oficiais de Contas**

A Entidade Acolhedora é uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, constituída em 2018, com natureza jurídica de sociedade por quotas.

A SROC mantém uma visão centrada no cliente, dedicada a estabelecer um processo diferenciado de entrega de serviços que se destaca pelo rigor e pela qualidade. O objetivo é não só satisfazer as necessidades dos clientes, mas também criar um ambiente que fomenta o desenvolvimento e a valorização dos seus colaboradores.

Com foco na qualidade, a empresa compromete-se a fornecer serviços de excelência nas áreas de auditoria, fiscalidade e consultoria financeira. Para isso, recorre aos mais recentes conhecimentos e metodologias, garantindo que o seu trabalho é conduzido por profissionais altamente qualificados e especializados nas suas áreas de atuação.

### **14.2 Caracterização do Estágio**

De acordo com a legislação vigente, há três alternativas para a conclusão do grau de mestre: dissertação de mestrado, trabalho de projeto ou relatório de estágio.

A escolha pelo estágio foi baseada na importância da componente prática como meio de aprofundamento das competências técnicas em Auditoria, além de possibilitar a familiarização com os sistemas de tecnologias da informação aplicados à Auditoria Financeira. Além disso, esta decisão também levou em consideração o impacto positivo tanto no desenvolvimento pessoal quanto no crescimento profissional.

Assim sendo, o presente estágio teve início a 18 de dezembro de 2023 e término a 17 de setembro de 2024.

Abaixo serão descritas as atividades realizadas durante o estágio.

### **14.3 Detalhe das atividades desenvolvidas**

#### **14.3.1 Caixa e Bancos**

A rubrica "Caixa e Bancos" reflete o dinheiro disponível em espécie (caixa) e os saldos em contas bancárias (bancos) de uma empresa ou entidade. Estas contas fazem parte do ativo no balanço, uma vez que são recursos de alta liquidez, ou seja, podem ser usados imediatamente para pagamentos e outras obrigações.

De forma a validar esta rubrica devemos ter em consideração as asserções: Existência e Valorização.

## **Procedimentos de Auditoria**

### Caixa

- Proceder à decomposição do saldo de caixa (identificando por natureza de caixa, localização e moeda);
- Contagem do caixa e respetiva análise da folha de caixa;
- Identificação da existência de fundo fixo de caixa (controlo interno);
- Verificação da conversão na data do balanço dos saldos em moeda estrangeira.

### Depósitos à Ordem

- Proceder à decomposição do saldo de depósitos à ordem (identificando por conta bancária);
- Pedido e conferência das conciliações bancárias;
- Pedido de confirmação por parte das entidades bancárias (circularização);
- Cut-off das contas bancárias;
- Verificação da existência de montantes indisponíveis (garantias/restrições);
- Verificação da conversão na data do balanço dos saldos em moeda estrangeira;
- Revisão analítica, verificação de movimentos e saldos não usuais.

#### **i. Confirmações de contas bancárias**

Deve ser obtida uma lista completa das contas bancárias, bem como todos os empréstimos e contratos semelhantes realizados. Assim sendo, devem ser solicitadas confirmações bancárias para todas as contas de depósito, bem como para quaisquer contas encerradas durante o ano. Outras contas devem ser confirmadas conforme necessário, dependendo da natureza específica de cada uma (por exemplo, podem ser excluídas da confirmação contas de adiantamentos, contas bancárias de passagem ou contas não operacionais com atividade limitada). O objetivo é validar o relacionamento com o banco, abrangendo potenciais contingências, restrições ao património do cliente e montantes garantidos, entre outros aspetos relevantes.

Posteriormente deverá ser documentado nos papéis de trabalho a justificação para a seleção de contas bancárias para confirmação.

#### **ii. Reconciliações bancárias**

Adicionalmente, devem ser solicitadas as reconciliações bancárias do cliente no final do ano, incluindo dinheiro em trânsito para verificar a reconciliação adequada dos extratos bancários e a contabilidade.

#### **iii. Cut off Cash**

O teste de corte ocorre entre os últimos quinze dias do ano e os primeiros quinze dias do ano seguinte e tem como objetivo despistar transações se possam ter sido realizadas apenas com o intuito de distorcer a informação financeira.

#### **iv. Avaliação em dinheiro**

Testar a avaliação apropriada de caixa e equivalentes de caixa (incluindo saques a descoberto) em moedas estrangeiras.

### **14.3.2 Ativos Fixos Tangíveis – Imobilizado**

Normas aplicáveis: NCRF 7 e IAS 16

Segundo a IAS 16, Ativos Fixos Tangíveis são bens físicos e materiais que representam recursos essenciais ao funcionamento e à operação da entidade. Estes ativos são adquiridos ou construídos com a finalidade de serem utilizados diretamente na produção de bens ou na prestação de serviços, bem como no apoio a atividades administrativas e operacionais.

É esperado que os AFT permaneçam na empresa durante mais do que um único período contabilístico, ou seja, têm uma vida útil esperada prolongada e são usados de forma contínua nas operações diárias. Exemplos comuns incluem edifícios, terrenos, equipamentos, móveis e veículos. Ao longo do tempo, esses ativos vão sendo depreciados, refletindo o desgaste e a perda de valor devido ao uso e à obsolescência.

O custo de um item de AFT deve ser reconhecido como ativo se, e apenas se:

- For provável que benefícios económicos futuros associados ao item fluam para a entidade; e
- O custo do item puder ser mensurado com fiabilidade.

Um item do AFT que seja classificado para reconhecimento como um ativo deve ser mensurado pelo custo.

O custo de um item de AFT compreendo o preço de compra, os custos diretamente atribuíveis à colocação do ativo na localização e condição necessárias para que ele funcione da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item, além da restauração do local onde está instalado.

É registrada uma imparidade quando existem indícios de que os bens podem estar em imparidade, por exemplo, se o valor de mercado diminui mais do que o que seria normal pela passagem do tempo ou uso normal.

De forma a validar esta rubrica devemos ter em consideração as asserções: Existência, Direitos e Obrigações, Plenitude, Valorização e Apresentação e Divulgação.

## **Procedimentos de Auditoria**

Obter um calendário dos ativos fixos tangíveis, incluindo as locações capitalizadas, e respetivos acréscimos, alienações, reclassificações e depreciação/ amortização (sub-registo de imobilizado) e os saldos com as respetivas contas. De forma a garantir a conciliação do mapa de imobilizado com os valores registados na contabilidade. Os procedimentos seguintes serão efetuados sobre o mapa de imobilizado, pelo que este procedimento é fundamental para garantir a consistência e robustez da análise de imobilizado. É neste passo que devem ser igualmente refletidos os movimentos do ano de imobilizado (aumentos, abates, reclassificações, etc).

### **i. Adições e alienações**

Para adições significativas (incluindo mão de obra capitalizada, custos de empréstimos e outros custos aceitáveis) e alienações durante o período, verificar faturas, autorizações de despesas de capital, contratos de arrendamento e outros dados que suportam essas adições e alienações.

É fundamental os papéis de trabalho incluírem uma conclusão sobre as adições, ou seja, deverá existir sempre evidência que o bem de imobilizado considerado cumpre as condições para ser reconhecido como um AFT.

## **ii. Depreciação e amortização**

Testar os gastos de depreciação e amortização de forma a que responda à avaliação do risco combinado com referência às políticas contabilísticas da entidade e à estrutura de relato financeiro aplicável.

## **iii. Imparidades de ativos fixos tangíveis**

As informações obtidas durante a auditoria devem ser utilizadas para determinar se a gestão identificou indicadores adequados de imparidade e verificar se os ajustamentos apropriados são efetuados de acordo com as políticas contabilísticas da entidade e a estrutura de relato financeiro aplicável. Tem como finalidade, avaliar se existem indicadores de imparidade sobre os AFT da entidade. É necessário considerar os resultados operacionais da empresa de forma a avaliar eventuais indícios de imparidade.

Caso existam, indícios de imparidade deverão ser preparados pela gestão, e revistos pela equipa de auditoria, os respetivos testes de imparidade que permitam avaliar a recuperabilidade do valor líquido contabilístico do ativo.

### **14.3.3 Contas a receber**

Contas a receber

- Custo amortizado deduzido de perdas por imparidade, ou
- Custo deduzido de perdas por imparidade

#### **Imparidade**

Quando existem evidências objetivas que a entidade não irá receber a totalidade dos montantes em dívida – exemplos de indícios:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Condições económicas adversas e alterações de quadros legais.

De forma a validar esta rubrica devemos ter em consideração as asserções: Existência, Valorização e Direitos e Obrigações.

## **Procedimentos de auditoria**

### **i. Confirmações e recebimentos de caixa subsequentes**

Verificar a existência de transações de contas a receber através de confirmação, análise de recebimentos de caixa subsequentes ou outros procedimentos alternativos adequados. Considerar a utilização dos quadros de risco de auditoria para determinar a extensão da amostra ou documentar a justificação da seleção da amostra nos documentos de trabalho.

### **ii. Procedimentos de transferência**

Se as contas forem verificadas numa data intercalar, rever o *rollforward* da atividade desde a data intercalar para a data do balanço, de forma a responder à avaliação de risco combinada e comparar o nível de atividade com períodos anteriores.

Investigar rubricas não usuais e considerar à data do balanço as novas contas significativas e as contas com aumentos ou significativas entre a data intermédia e a data do balanço.

### **iii. Corte de contas a receber**

Efetuar procedimentos analíticos para identificar picos no volume de vendas nos últimos dias ou semanas do ano e testar o corte através da inspeção do registo de vendas, faturação, documentos de

### **iv. Outros ajustamentos de contas a receber**

Avaliar a adequação de outros ajustamentos às contas a receber, tais como abatimentos, notas de crédito, descontos.

## **14.3.4 Confirmações Externas**

A fiabilidade da prova é influenciada pela fonte, natureza e circunstâncias em que é obtida.

O objetivo do auditor é a utilização de procedimentos de confirmação externa tendo em vista a obtenção de prova relevante e fiável. A prova obtida diretamente pelo auditor e suportada em documentos é mais fiável.

Procedimentos de confirmação externa **até** à obtenção da resposta:

1. Seleção das entidades a circularizar;
2. Preparação das minutas a enviar,
3. Envio da amostra selecionada e minutas ao cliente;
4. O cliente por sua vez deve: preparar e assinar as minutas e posteriormente enviá-las – deve ser solicitado o envio da resposta diretamente para a equipa de auditoria;

Procedimentos de confirmação externa **após** obtenção (ou não) da resposta:

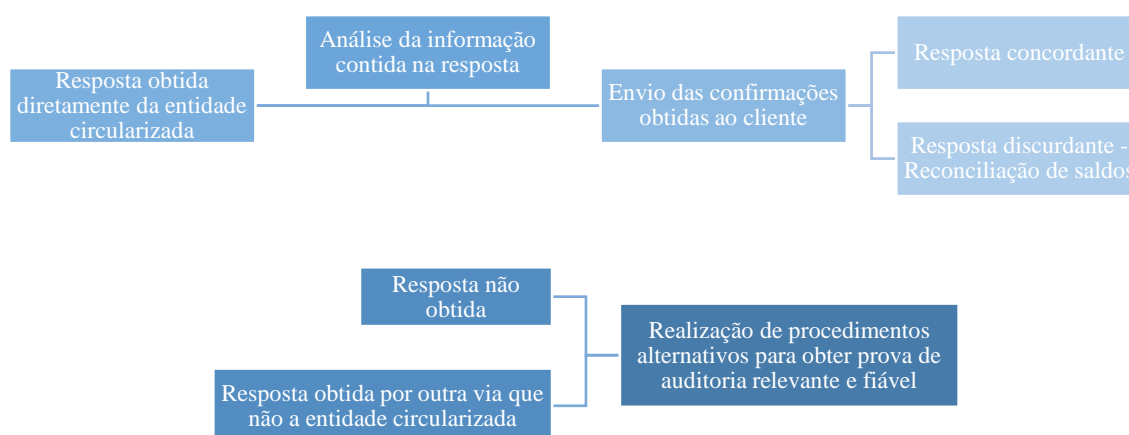


Figura 6 Procedimentos de confirmação externa  
Fonte: Elaboração Própria

Recusa da gestão em permitir que o auditor envie um Pedido de Confirmação Externa:

- Questionar sobre as razões e procurar prova de auditoria quanto à sua validade e razoabilidade;
- Avaliar as implicações da recusa na avaliação dos riscos de distorção material;
- Executar procedimentos de auditoria alternativos para obter prova de auditoria relevante e fiável.

### 14.3.5 Contas a pagar

A rubrica de contas a pagar engloba as operações relacionadas com fornecedores, pessoal, Estado e outros entes Públicos, bem como outras operações que não tenham enquadramento nas demais contas. Incluem-se ainda os diferimentos e as provisões.

De forma a validar esta rubrica devemos ter em consideração as asserções: Plenitude, Valorização e Direitos e Obrigações.

## **Procedimentos de Auditoria**

### **i. Revisão de item incomum**

Efetuar uma revisão do registo de contas a pagar para detetar rubricas não habituais, por exemplo, saldos devedores significativos ou outros montantes inesperados para verificar a classificação e avaliação correta.

### **ii. Corte de contas a pagar**

Efetuar testes de corte para bens e serviços recebidos, bem como para notas de crédito de fornecedores para verificar se as transações estão completamente registadas no período correto.

### **iii. Passivos omissos**

Efetuar uma pesquisa de passivos não registados na data de fim de ano, selecionando pagamentos subsequentes e faturas não correspondentes e relatórios de recebimento.

### **iv. Valorização das contas a pagar**

Testar a avaliação adequada das contas a pagar em moeda estrangeira.

## **14.3.6 Acréscimos e Diferimentos**

## **Procedimentos de Auditoria**

### **i. Despesas pagas antecipadamente, encargos diferidos e outros ativos**

Verificar a existência e as quantias escrituradas através da análise dos documentos comprovativos, da confirmação ou de uma combinação desses procedimentos.

Objetivo: Através de análise documental garantir que os diferimentos de custo estão devidamente refletidos no Balanço. Muitas vezes, os valores diferidos estão relacionados com períodos superiores a 1 mês e como tal deve ser calculado (com base no nº de dias/mês) de cada serviço prestado, o montante que deve estar reconhecido como custo e o valor que deve estar diferido.

É fundamental garantir a relação da análise de diferimentos de custos com análise de fornecimentos e serviços externos (FSE).

## **ii. Provisões, acréscimos e outros passivos, receitas diferidas**

Devemos obter a tabela de provisões, outros passivos e receitas diferidas e conciliar com os valores das contas da contabilidade. Rever o plano para verificar se está correto e completo, incluindo se os outros passivos são consistentes com o entendimento da equipa de auditoria e a atividade da entidade, e testar as quantias registadas.

Obter o detalhe dos valores acrescidos no final do período de reporte e avaliar a sua adequabilidade face ao negócio da empresa e custos incorridos durante o ano.

## **iii. Adequação de outros passivos**

Rever outros passivos para determinar se são apropriados. Determinar se os montantes parecem ser razoáveis em comparação com anos anteriores e tendo em consideração o entendimento da equipa de auditoria do negócio do cliente e as alterações ao mesmo.

## **iv. Análise pormenorizada das confirmações dos advogados e de outros documentos**

Rever as confirmações dos advogados, assim como, atas, quando correspondência com os organismos reguladores ou de licenciamento relevantes e outros documentos para verificar se os acréscimos apropriados foram registados pelo cliente.

## **v. Procurar acréscimos e diferimentos não registados**

Pesquisa de acréscimos e diferimentos não registados, por exemplo, relacionados com empregados, contratos (rendas, alugueres), finanças (juros), vendas (garantias de produtos e serviços, comissões, devoluções), compras (bens e serviços, licenças, royalties), serviços recebidos (auditoria, fiscais, jurídicos, consultoria).

### **14.3.7 Auditar Estimativas**

De acordo com a ISA 540, o objetivo do auditor é obter prova de auditoria suficiente e apropriada sobre se as estimativas são razoáveis e as divulgações efetuadas são adequadas.

### Estimativa Contabilística

- Valor aproximado de uma quantia monetária quando não existe outro meio de mensuração

### Do ponto de vista da gestão

- Quantia divulgada como estimativa contabilística nas demonstrações financeiras

### Do ponto de vista do auditor

- Intervalo de razoabilidade onde se pode localizar a estimativa da gestão

*Tabela 4 Entendimento de uma estimativa contabilística*

Fonte: ISA 540

### Incerteza de estimativa:

- Varia em função da natureza e fiabilidade da informação obtida pela gestão;
- Afeta os riscos de distorção material das demonstrações financeiras;
- Aumenta a suscetibilidade a situações de falta de isenção da gestão.

Baixa incerteza	Alta Incerteza
<ul style="list-style-type: none"><li>• Transações não complexas;</li><li>• Transações de rotina;</li><li>• Dados estão facilmente disponíveis.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Transações de elevada complexidade;</li><li>• Transações não usuais baseadas em pressupostos que envolvam julgamento (Litígios, taxas de mercado).</li></ul>

*Tabela 5 Níveis de incerteza*

Fonte: Elaboração Própria

### Exemplos de situações que implicam a contabilização de uma estimativa:

- Ajustamentos para saldos de cobrança duvidosa
- Ajustamentos para perda de valor em inventários
- Ajustamentos para perda de valor em investimentos
- Métodos de depreciação/vida útil de ativos fixos tangíveis e intangíveis

## 1. Procedimentos de avaliação do risco:

Neste ponto devemos avaliar se o conhecimento obtido é suficiente para identificar e avaliar os riscos de distorção em relação a essas estimativas e para planear a natureza, oportunidade e extensão de procedimentos de auditoria adicionais.

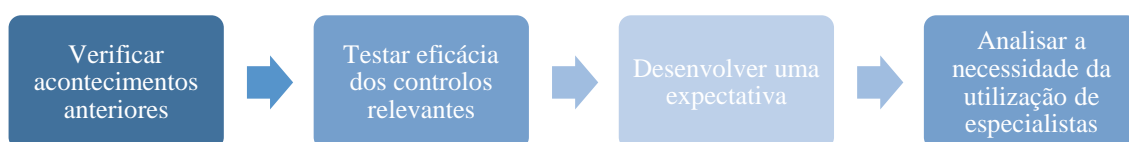
Devemos ter em conta o seguinte:

- Referencial contabilístico aplicável;
- Forma como a gestão identifica as situações que podem dar origem a estimativas;
- Forma como a gestão faz as estimativas;
- Necessidade de introduzir alterações face à estimativa anterior.

## 2. Identificação e avaliação dos riscos de distorção material e resposta aos mesmos:

Aquando da identificação e avaliação dos riscos de distorção material o auditor deve ter em conta o grau de incerteza e a possibilidade de a estimativa dar origem a um risco significativo.

Em função da natureza devem ser adotados procedimentos de análise:



*Figura 7 Procedimentos de Análise*  
Fonte: Elaboração Própria

Critérios de reconhecimento e mensuração:

- Decisão da gestão em reconhecer ou não a estimativa nas demonstrações financeiras
- Base de mensuração

Apreciação da razoabilidade das estimativas:

- A prova obtida pode concluir que a estimativa do auditor difere do cálculo da gestão;

### **14.3.8 Inventários**

Com base na NCRF 18 e a IAS 12, a rubrica de Inventários engloba ativos detidos para venda no decurso normal do negócio, ativos que se encontram em processo de produção para tal venda e materiais ou bens de consumo a consumir no processo de produção ou prestação de serviços.

Um elemento deve ser reconhecido como ativo quando for provável que fluam para a entidade os benefícios económicos associados ao ativo e o seu custo possa ser determinado de modo fiável.

O Custo de Compra inclui o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, custos de transporte, custos de manuseamento e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de bens acabados, materiais e serviços.

De forma a validar esta rubrica devemos ter em consideração as asserções: Existência, Plenitude, Valorização e Direitos e Obrigações.

### **Procedimentos de Auditoria**

#### **i. Observação dos inventários físicos**

Efetuar um teste às quantidades através da observação física dos inventários do cliente. Este é um procedimento obrigatório de acordo com as ISA's e como tal quando não é possível realizar muitas vezes é necessário incluir uma reserva por limitação de âmbito.

#### **ii. Confirmação dos inventários detidos por terceiros**

Existem clientes que poderão ter inventários à consignação, ou seja, embora sejam seus e como tal estejam refletidos na rubrica de inventários estão em pose de terceiros. Nestes casos é necessário confirmar junto do terceiro a quantidade de material que estes têm para endereçar a asserção de existência.

Se for significativo, devemos confirmar os inventários detidos por terceiros à data do inventário físico e rastrear as quantidades confirmadas até à compilação do inventário; considerar também a observação destes inventários físicos.

#### **iii. Reconciliação da compilação do inventário com o registo geral**

Garantir a conciliação da listagem de inventários com os valores registados no balancete. Esta listagem de inventários deverá apresentar as quantidades por produto e o seu

respetivo custo unitário. Os procedimentos seguintes serão efetuados sobre esta listagem de inventário, pelo que este procedimento é fundamental para garantir a consistência e robustez da análise de inventários. É neste ponto que deve ser igualmente refletido os movimentos do ano de inventários (Compras, Consumos, Regularizações, etc)

#### **iv. Procedimentos de transferência – Inventários**

Quando a observação do inventário físico ocorre numa data intercalar, executar os procedimentos de *rollforward* sobre a atividade desde a data intercalar até à data do balanço de forma a que responda à nossa avaliação combinada do risco e à duração do período de *rollforward*. Determinar se devem ser executados procedimentos adicionais relacionados com itens específicos no período de reporte.

Em muitos clientes este tipo de situações não se verifica uma vez que as contagens são efetuadas na data de fecho de contas.

#### **v. Avaliação de acordo com as políticas contabilísticas**

Testar a avaliação do inventário para verificar se é efetuada de acordo com as políticas contabilísticas da entidade e o quadro de relato financeiro aplicável.

O objetivo aqui é apurar a correta valorização/custo de um conjunto de produtos contabilizados nos inventários da empresa:

- Matérias-primas e mercadorias: são obtidas as últimas faturas de compra de forma a garantir que o valor unitário não apresenta desvios significativos face à última aquisição a uma entidade terceira;
- Produtos acabados e em curso: comparação de custos unitários com o período anterior, obtenção de fichas de produto para uma amostra representativa.
- Com base nas fichas de produto, comparação com as fichas de produto do período anterior e obtenção de um entendimento acerca da razoabilidade das eventuais alterações;
- Para as matérias-primas incorporadas na produção, obtenção das últimas faturas de compra, de forma idêntica à descrita para a execução dos testes à valorização das matérias-primas;
- Para os restantes custos, nomeadamente mão-de-obra direta e encargos gerais de fabrico (fixos e variáveis), com base na contabilidade analítica ou contabilidade de custos, aferir a razoabilidade dos custos imputados à produção, quer em termos

qualitativos (p.ex: custos com eletricidade vs custos de marketing) quer em termos de quantidades (total de custos incorridos no ano vs produção anual).

**vi. Teste do valor realizável líquido**

Testar as provisões para reduzir a avaliação do inventário para o valor realizável líquido (por exemplo, obsolescência e outras reservas) e se verificar que os ajustamentos são feitos de acordo com as políticas contabilísticas da entidade e a estrutura de relato financeiro aplicável.

O objetivo é apurar o valor realizável líquido de um conjunto de produtos contabilizados nos inventários da empresa. O valor realizável líquido pode ser visto como a estimativa do preço de venda dos inventários no decurso normal do negócio, deduzido dos custos estimados para o seu acabamento e da estimativa dos custos necessárias para efetuar a sua venda. Muitas vezes são obtidas as últimas faturas de venda de forma a garantir que este não está a ser transacionado por um preço inferior à sua valorização na rubrica de inventários.

**14.3.9 Provisões**

Entende-se por provisão um passivo cuja quantia ou data de liquidação é incerta.

Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- A entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que venha a ser exigida uma saída de recursos que incorporam benefícios económicos para satisfazer a obrigação; e
- É possível estimar a sua quantia de modo fiável.



Figura 8 Passivos Contingentes  
Fonte: Web

## Procedimentos de auditoria

### i. Correção e integralidade das disposições

Obter uma listagem das provisões refletidas pela empresa nas suas demonstrações financeiras e avaliar a sua natureza (legal, desmantelamento, reestruturação, etc) para definir quais os procedimentos necessários para garantir a asserção de plenitude ou avaliar a adequabilidade da sua contabilização.

Em função do negócio do cliente podem existir diferentes naturezas de provisão e consequentemente diferentes riscos associados a cada situação. Em função destes riscos pode ser necessário envolver especialistas da gestão (fiscais ou legais – advogados) para concluir sobre o tratamento contabilístico a adotar.

Efetuar procedimentos relativos a litígios, reclamações e avaliações, incluindo o envio de uma carta de inquérito de auditoria, quando aplicável, e avaliar os resultados.

Usualmente, consideramos neste ponto a análise da resposta dos advogados. - A circularização de advogados é obrigatória em todos os clientes, independente de existirem processos judiciais em curso ou não.

## **ii. Procurar provisões não registadas**

Efetuar uma pesquisa de acréscimos não registados, por exemplo, relacionados com empregados, contratos (rendas, alugueres), finanças (juros), vendas (garantias de produtos e serviços, comissões, devoluções), compras (bens e serviços, licenças, royalties), serviços recebidos (auditoria, fiscais, jurídicos, consultoria).

### **14.3.10 Contas de demonstração dos resultados**

#### **14.3.10.1 Receitas/vendas**

Efetuar uma revisão analítica global de todas as contas significativas da demonstração de resultados e investigar quaisquer alterações significativas ou ausência de alterações previstas, por exemplo, através de técnicas de auditoria assistida por computador (CAAT). Incluir as contas ainda não cobertas pelo teste das contas do balanço.

#### **Procedimentos de reconhecimento do rédito**

Efetuar procedimentos de reconhecimento de receitas (se não estiverem já cobertos por testes de contas a receber), por exemplo, procedimentos analíticos utilizando dados desagregados (por exemplo, por mês, por linha de produtos, por por mês, por linha de produtos, por área geográfica, por segmento), inquérito ao pessoal de vendas e marketing para quaisquer vendas e marketing para quaisquer transações invulgares ou itens semelhantes, revisão dos termos dos acordos de vendas – incluindo incentivos de vendas - e as políticas do cliente para lidar com devoluções, para identificar potenciais transações ou eventos invulgares.

#### **Devoluções de vendas e análise da acumulação:**

- 1) Avaliar a capacidade do cliente para estimar razoavelmente as futuras devoluções de produtos para apoiar o reconhecimento do rédito no momento da entrega;
- 2) Efetuar a avaliação do acréscimo para futuras devoluções de produtos;
- 3) Investigar alterações significativas ou invulgares do período anterior com base nas devoluções reais de vendas no período atual para determinar se o acréscimo do ano corrente para futuras devoluções de produtos pode exigir ajustamento.

#### **Custos de vendas**

Obter informações pormenorizadas sobre os custos das contas de vendas em comparação com o período anterior.

Investigar e explicar as principais alterações, transações grandes ou invulgares, ou a ausência de alterações esperadas, se ainda não tiverem sido cobertas pela revisão analítica das contas de vendas.

#### **14.3.10.2 Payroll**

Análise do processamento de salários: Comparar a remuneração média por trabalhador ou por hora com a do ano anterior, incluindo benefícios dos empregados, se significativos. Considerar a desagregação por tipos de empregados ou por localização.

Despesas de pensões: Testar a correção dos lançamentos contabilísticos relacionados com as pensões e as despesas pós-reforma despesas, pagamentos correntes e alterações nas reservas para pensões.

#### **14.3.10.3 Despesas de comercialização e distribuição**

Obter detalhes das contas de despesas de venda e distribuição em comparação com o período anterior. Investigar e explicar as principais alterações, transações grandes ou invulgares ou invulgares, ou a falta de alterações esperadas e a adequação dessas alterações.

Analisar a adequação de despesas avultadas e invulgares.

#### **14.3.10.4 Despesas administrativas e outras**

Compreender o conteúdo das contas de despesas administrativas e outras, por exemplo, nas áreas de honorários de serviços profissionais, reparações e manutenção, arrendamentos e rendas, remuneração de gestores, contribuições e donativos políticos, e diversos. Comparar com o período anterior e investigar quaisquer transações invulgares.

i. Revisão da documentação subjacente:

Para as transações significativas identificadas na etapa anterior, rever a documentação subjacente quanto à sua razoabilidade e objetivo comercial.

ii. Confirmações dos advogados

Verificar, através de uma análise dos honorários dos advogados, se todos os advogados e consultores jurídicos internos, que tratam de litígios significativos ou outras ações, foram abrangidos pelo no trabalho de confirmação dos advogados.

#### **14.3.10.5 Despesas de financiamento**

Rever a razoabilidade da despesa de juros para empréstimos significativos comparando com os saldos dos empréstimos relacionados.

Determinar se as alterações no valor dos investimentos estão devidamente registadas na demonstração de resultados.

#### **14.3.10.6 Impostos indiretos**

Resumo do IVA: Obter um resumo do IVA sobre as entradas e o IVA sobre as saídas durante um ano e comparar com um resumo das vendas e compras durante o mesmo período. Investigar quaisquer variações invulgares, tendo em conta as leis aplicáveis, tais como isenções ou taxas zero.

Reconciliação do IVA: Obter uma reconciliação da última declaração de IVA com o registo geral. Obter explicações para os itens de reconciliação e concordar com a documentação de apoio se for caso disso.

Direitos aduaneiros: Comparar os direitos aduaneiros totais do período com os direitos aduaneiros previstos por referência às compras ou outras transações originárias durante o mesmo período. Investigar os desvios significativos em relação às expectativas.

Passivos não registados relativos ao imposto sobre o rendimento: Determinar se é necessária uma provisão para quaisquer posições fiscais não relacionadas com o rendimento tomadas pela entidade ou outras contingências fiscais que possam ser contestadas pela autoridade fiscal.

Conformidade com a legislação: Para uma amostra de transações relevantes (por exemplo, inventário importado no caso dos direitos aduaneiros ou vendas no que respeita ao IVA, determinar se o imposto sobre o rendimento foi corretamente contabilizado de acordo com a legislação em matéria de imposto sobre o rendimento).



Em conclusão, a auditoria assume um papel vital no âmbito empresarial, desempenhando uma função essencial na verificação da integridade e fiabilidade das demonstrações financeiras. Através de processos rigorosos, os auditores procuram não só cumprir normas e regulamentos, mas também garantir que a transparência e a responsabilidade prevaleçam nas práticas contabilísticas das organizações.

Com base na análise das asserções A1 e A2, conclui-se que a auditoria desempenha um papel essencial no fortalecimento das práticas de gestão e controlo interno, além de ser uma ferramenta indispensável para a transparência e credibilidade das informações financeiras disponibilizadas por organizações.

Através da aplicação das Normas Internacionais de Auditoria e dos princípios reguladores da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, a intervenção dos auditores contribui significativamente para o rigor e integridade das demonstrações financeiras, oferecendo às empresas um interlocutor qualificado e especializado.

Adicionalmente, a auditoria atende de forma particular ao interesse dos *stakeholders*, com destaque para as instituições financeiras, que dependem da qualidade e fiabilidade das informações auditadas para avaliar o risco de crédito. A dependência das PME's no financiamento externo acentua a importância da auditoria como um mecanismo que garante a confiança no mercado e facilita o acesso ao crédito. Assim, a auditoria não só valida as informações financeiras, mas também apoia a sustentabilidade das organizações ao longo do tempo, garantindo que estas permaneçam atrativas e credíveis para os investidores e credores.

Conclui-se, portanto, que a auditoria, ao reforçar a confiança e a credibilidade da informação financeira, beneficia não apenas as empresas auditadas mas também o sistema financeiro e a economia em geral, promovendo a transparência e a estabilidade nos mercados.

Com base na realização do estágio numa Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, foi possível observar o rigor e a metodologia aplicados em cada fase do processo de auditoria, desde a aceitação e planeamento até à emissão do relatório final, confirmando a importância do cumprimento das normas e práticas profissionais, como as Normas Internacionais de Auditoria e da OROC.

Através da experiência prática, ficou claro que a intervenção do Revisor Oficial de Contas não só reforça o controlo interno das organizações, como também oferece aos *stakeholders* uma visão independente e objetiva da situação financeira e do desempenho da entidade auditada.

A realização deste estágio foi uma experiência muito enriquecedora tanto na minha formação profissional quanto no meu crescimento pessoal. A colaboração com os colegas e o ROC permitiu-me obter insights valiosos, ajudando a melhorar a minha capacidade de análise crítica e trabalho em equipa.

Em suma, o estágio permitiu adquirir uma visão abrangente e prática da função de auditoria e do papel do auditor no contexto português, demonstrando o impacto positivo da auditoria na confiança do mercado e nas relações económicas.

## **15 Limitações**

O relatório foi elaborado com base unicamente num estágio profissional, pelo que as conclusões obtidas são válidas apenas para a empresa onde o estágio teve lugar. Assim, os resultados deste estudo não podem ser generalizados para outros contextos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

---

American Institute of Certified Public Accountants (A.I.C.P.A.) (2012), Evolution of Auditing: From the Traditional Approach to the Future Audit, White Paper

Baptista da Costa, C. (2018). Auditoria Financeira - Teoria & Prática (12º edição). Letras e Conceitos, Unip. Lda.

Caiado, A. C., & Caiado, J. (2008). Gestão das instituições financeiras (2ª ed.). Edições Sílabo.

Casu, B., Girardone, C., & Molyneux, P. (2022). Introduction to banking (3ª ed.). Pearson.

Código de ética OROC

Fonseca, R. (2009). Metodologia do Trabalho Científico. Brasil: Iesde Brasil.

IAASB. (2014). Framework for Audit Quality: Key Elements that Create an Environment for Audit Quality. New York: The International Federation of Accountants (IFAC).

IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento, OROC

IAS 16 – Imobilizado, OROC

ISA 200 - Objetivos gerais do auditor independente e condução de uma auditoria de acordo com as normas internacionais de auditoria. Manual do Revisor Oficial de Contas.

ISA 240 - As responsabilidades do auditor relativas a fraude numa auditoria de demonstrações financeiras. Manual das normas internacionais de controlo de qualidade, auditoria, revisão, outros trabalhos de garantia de fiabilidade e serviços relacionados. Parte I (2018). Manual do Revisor Oficial de Contas.

ISA 315 Revista – Identificar e avaliar os riscos de distorção material através do conhecimento da entidade e do seu ambiente. Manual do Revisor Oficial de Contas.

ISA 500- Prova de Auditoria, Manual do Revisor Oficial de Contas

ISA 520 – Procedimentos Analíticos, Manual do Revisor Oficial de Contas

ISA 540 - Auditar estimativas contabilísticas, incluindo estimativas contabilísticas de justo valor e respectivas divulgações, Manual do Revisor Oficial de Contas

ISA 580 – Declarações escritas, Manual do Revisor Oficial de Contas

ISA 705R - Modifications to the opinion in the independent auditor's report, IFAC

- Li, J., Wu, Z., & Zhang, L. (2021). Family involvement, external auditing, and the cost of debt: Evidence from US small firms. *Journal of Small Business Management*, 59(4), 675-699.
- Liu, B., Cullinan, C., Zhang, J., & Wang, F. (2016). Loan guarantees and the cost of debt: Evidence from China
- Liu, H., Cullinan, C. P., & Zhang, J. (2020). Modified audit opinions and debt contracting: Evidence from China. *Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics*, 27(2), 218-241.
- Machado de Almeida, B. J. (2022). *Manual de Auditoria Financeira: Uma Análise Integrada Baseada no Risco (4ª edição)*. Escolar Editora.
- NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis, Comissão de Normalização Contabilística
- NCRF 18 – Inventários, Comissão de Normalização Contabilística
- OROC (2018). *Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados (Parte I)*.
- OROC (2022). *Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*.
- OROC (2022). *Norma Internacional de Gestão de Qualidade 1: Gestão de Qualidade para firmas que executem auditorias e revisões de demonstrações financeiras e outros trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados*.
- Revista Revisores e Auditores, “EM FOCO”, janeiro a março de 2017
- Santos Alves, J. J. (2015). *Princípios e Prática de Auditoria e Revisão de Contas*. Lisboa: Edições Silabo.
- Sormunen, N. (2014). Bank officers’ perceptions and uses of qualified audit reports. *Qualitative Research in Accounting & Management*
- Sousa, J. M.; Baptista, S. C. (2011). *Como fazer Investigação Dissertações, Teses e Relatórios Segundo Bolonha (1ª ed.)*. Lisboa: Pactor.
- Suárez Suárez, Andres (1990): *La Moderna Auditoria: Un Analisis Conceptual y Metodológico*, McGrawHill, Madrid.

### **Referências Eletrónicas**

A importância do relatório de auditoria na análise e concessão de crédito às PME portuguesas – Rodrigues, Miguel (2022) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Politécnico de Coimbra, Repositório Comum

Auditoria Financeira: A Evolução do Mercado em Portugal – Gonçalves, Dora (2019) – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, RCUC

Heliodoro, P.A. (2014). A mudança de auditor e o relatório de auditoria financeira. Tese de Doutoramento. Universidade Aberta.

### **Diplomas Legais**

Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto. Diário da República n.º 159/2017 – Assembleia da República